

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROGÉRIO SANT'ANA XAVIER

UMA ANÁLISE SOBRE O COMPLIANCE AMBIENTAL E A LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL BRASILEIRA

CURITIBA

2021

ROGÉRIO SANT'ANA XAVIER

UMA ANÁLISE SOBRE O COMPLIANCE AMBIENTAL E A LEGISLAÇÃO
AMBIENTAL BRASILEIRA

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão de Especialização em Direito Ambiental do Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora Professora: Prof(a). Msc Caroline Rodrigues da Silva.

CURITIBA

2021

Salmo 96 versículos 11 e 12

Regozijem-se os céus e exulte a terra!
Ressoe o mar e tudo o que nele existe!
Regozijem-se os campos e tudo o que
neles há!
Cantem de alegria todas as árvores da
floresta, [...]

Uma Análise Sobre o Compliance Ambiental e a Legislação Ambiental Brasileira

Rogério Sant'Ana Xavier

RESUMO

A utilização de um programa de compliance ambiental como ferramenta para uma boa governança dentro das empresas, fortalece as atividades econômicas que contribuem para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente. A implantação decorre do uso de mecanismos de controle que atuam como uma rede de proteção ao meio ambiente. Barreiras técnicas e jurídicas que atuam nos processos internos das empresas e que buscam a redução dos riscos ambientais são ativadas por meio de rigorosos processos e treinamentos. Não existe na legislação brasileira a obrigação legal de as empresas implantarem um programa de compliance ambiental, contudo, as ações de controle ambiental pelo setor produtivo reduzem os riscos dos impactos ao meio ambiente e protegem o patrimônio das empresas de multas e ações judiciais e danos à imagem. Diante de um cenário de aprofundamento da crise climática, no qual os recursos naturais são expostos à diminuição e a possibilidade de degradação, um programa de compliance ambiental nas empresas vai ao encontro das legislações que protegem e regulamentam o uso sustentável dos recursos naturais. Um programa de compliance ambiental que reduz os impactos ambientais a partir da prevenção de riscos, é uma ferramenta de gestão que auxilia a governança de uma empresa. Será mostrado neste trabalho o histórico do compliance, o início do conceito de sustentabilidade ambiental, a partir dos princípios da conferência da ONU, a legislação pátria e federal que protege e regula o uso sustentável dos recursos naturais, os pilares do compliance e os benefícios da prevenção dos riscos.

Palavras-chave: Compliance Ambiental. Desenvolvimento Sustentável. Legislação Brasileira.

ABSTRACT

The use of an environmental compliance program as a tool for good governance within companies, strengthens economic activities that contribute to sustainable development and protection of the environment. The implementation results from the use of control mechanisms that act as a protection network for the environment. Technical and legal barriers that operate in the internal processes of companies and that seek to reduce environmental risks are activated through rigorous processes and training. Brazilian law does not have a legal obligation for companies to implement an environmental compliance program, however, environmental control actions by the productive sector reduce the risks of impacts on the environment and protect the companies' assets from fines and legal actions and damages to Image. Faced with a scenario of deepening the climate crisis, natural resources are exposed to decrease and the possibility of degradation, an environmental compliance program in companies

meets the laws that protect and regulate the sustainable use of natural resources. An environmental compliance program that reduces environmental impacts based on risk prevention, is a management tool that assists the governance of a company. This work will show the history of compliance, the beginning of the concept of environmental sustainability, based on the principles of the UN conference, the national and federal legislation that protects and regulates the sustainable use of natural resources, the pillars of compliance and the benefits of risk prevention.

Keywords: Environmental Compliance. Sustainable Development. Brazilian Legislation

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é divulgada nos meios de comunicação uma grande quantidade de informações sobre impactos ao meio ambiente e a necessidade da adoção de medidas que possam reduzir estes impactos. Toda atividade humana produz algum nível de impacto ao meio ambiente, contudo, existe a certeza de que o desenvolvimento da humanidade se faz com o uso dos recursos naturais, sendo consumidos diretamente ou processando estes recursos.

O momento atual na história da humanidade é de profundo avanço na construção da legislação ambiental, que tem por objetivo a proteção ao meio ambiente, países são signatários de acordos internacionais, que tem a possibilidade de causar reflexos na produção industrial de um país, empresas se modernizam em suas operações de produção, se atualizam no campo jurídico para atenderem a novas legislações e a padrões internacionais.

Este momento de novas responsabilidades divididas entre Estados nacionais e empresas para a proteção do meio ambiente, estimula a necessidade de que empresas criem programas de conformidade ambiental com mecanismos de controles internos a fim de detectar, prevenir e sanar irregularidades e atos lesivos ao meio ambiente, e para isso implementam um programa de compliance ambiental.

A partir desta perspectiva de utilização de um programa de compliance ambiental pelas empresas, as companhias previnem a ocorrência de ilícitos ambientais, danos ao meio ambiente, danos à imagem da empresa, custos relacionados à ocorrência de multas, gastos com reparação ao meio ambiente e indenizações a terceiros afetados com o possível ilícito.

O compliance surgiu já há algumas décadas, no século XX, sendo possível registrar como seu início os seguintes acontecimentos:(i) a Conferencia de Haia nos anos de 1930, na qual os representantes dos países ali reunidos firmaram um acordo, criando o *Bank for International Settlements* (Banco de Compensações Internacionais), também chamado de BIS, cujo objetivo de criação, com características supranacionais, foi levar aos Bancos Centrais dos países a cooperação e mecanismos adicionais para operações financeiras internacionais, trazendo para o cenário econômico mundial da época operações bancárias mais seguras e confiáveis e foi internalizado no Brasil pelo Decreto nº 3.941, de 27 de setembro de 2001,(BRASIL, 2001);(ii) há também a criação da *Prudential Securities*, em 1950, esse

fato ocorreu na legislação americana, logo em seguida veio a regulação da *Securities and Exchange Commission* em 1960, órgão como a CVM no Brasil; (iii) outro registro do nascimento do compliance é a criação do *Foreign Corrupts Practices Acts* (FCPA) no ano de 1977, também na legislação americana, e na Europa, mais especificamente no Reino Unido o *Bribery Act* de 2010, ambas as leis possuindo como objetivo, o combate a corrupção.

Na prática, vai além disso, obriga empresas, corporações, instituições e até órgãos de caráter público a seguirem regras legais e de gestão que visam o controle de suas operações e atos, a fim de evitar riscos aos processos já estabelecidos, que podem ocasionar danos financeiros, patrimoniais, à imagem e também o ambiental, sendo que este último pode ter a sua lesividade mais abrangente, pois dependendo da dimensão do dano pode alcançar parte da sociedade ou uma comunidade.

2 METODOLOGIA

A Metodologia utilizada para a realização deste artigo foi a pesquisa com base na bibliografia, a partir de doutrinas, legislação, trabalhos de pesquisas e também de material disponibilizado na internet e sites (sítios) governamentais. As informações coletadas serão analisadas de acordo contextualização dos Princípio ambientais. Por fim, a análise do compliance ambiental como um instrumento de proteção ambiental que objetiva atender a legislação ambiental brasileira.

2.1 OBJETIVO GERAL

Demonstrar como o compliance, uma ferramenta de governança corporativa, pode ser utilizado como instrumento de busca pela sustentabilidade ambiental dentro das empresas. Analisar o compliance ambiental dentro da realidade nacional, na qual não existe no ordenamento jurídico nacional lei específica que regulamenta o assunto, porém existe a necessidade de gerir e controlar as possíveis demandas ambientais as quais os agentes econômicos são expostos em suas atividades produtivas, diante dos riscos ambientais existentes e a complexidade dos diplomas legais que visam a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável, portanto, apresentar o compliance como uma ferramenta de governança necessária para a redução de riscos ambientais e também para proteção do meio ambiente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o embasamento do estudo a qual se propõem este artigo, compliance ambiental, tema esse subordinado diretamente ao direito do meio ambiente, o qual o bem tutelado tem a principal fonte formal a CF e quando da ocorrência do dano, o transgressor responderá pela lesão causada. Sobre o direito ambiental no dizer de Antunes:

A principal fonte formal do direito ambiental é a Constituição da República. Aliás, a existência do artigo 225, no ápice, e todas as demais menções constitucionais ao meio ambiente e à sua proteção demonstram que o Direito Ambiental é essencialmente um direito constitucional, visto que emanado diretamente da Lei Fundamental. Essa é uma realidade nova e inovadora em nossa ordem jurídica (ANTUNES, 2014, p. 61).

Sobre o dano, a legislação infraconstitucional da lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) regula:

Art 14 - Sem prejuízo das penalidades definidas pela legislação federal, estadual e municipal, o não cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção dos inconvenientes e danos causados pela degradação da qualidade ambiental sujeitará os transgressores: (BRASIL, 1981)

Sirvinskas diz que dano ambiental é: “Toda agressão contra o meio ambiente causada por atividade econômica potencialmente poluidora, por ato comissivo praticado por qualquer pessoa ou por omissão voluntária decorrente de negligência. [...]” (SIRVINSKAS, 2012, p. 249).

A adoção de um programa de compliance ambiental vai ao encontro da necessidade atual de reduzir os impactos que as sociedades por meio dos seus agentes econômicos causam ao meio ambiente, desta forma evitando danos ambientais.

Desde a Declaração de Estocolmo na Suécia 1972, na Conferência das Nações Unidas, as nações consignatárias trabalham em conjunto com políticas que promovam a sustentabilidade, tendo como resultado a criação de 26 princípios que constam no documento produzido, aqueles princípios evocam a necessidade de proteção ao meio ambiente evitando assim o dano e promovendo e buscando a

sustentabilidade, destes 26, são destacados 10, que falam de forma mais clara de sustentabilidade:

Princípio 1: O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras. A este respeito, as políticas que promovem ou perpetuam o apartheid, a segregação racial, a discriminação, a opressão colonial e outras formas de opressão e de dominação estrangeira são condenadas e devem ser eliminadas.

A obrigação de proteção ao meio ambiente para gerações presentes e futuras demonstrada neste princípio, evidência a preocupação e a importância de resguardar os recursos naturais. Este princípio foi adotado dentro do texto constitucional brasileiro.

Princípio 2: Os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento.

Este princípio é observado na legislação infraconstitucional brasileira em matéria ambiental para a proteção dos recursos hídricos, proteção da fauna e de biomas específicos.

Princípio 3: Deve-se manter, e sempre que possível, restaurar ou melhorar a capacidade da terra em produzir recursos vitais renováveis.

A sustentabilidade é apresentada neste princípio, a utilização dos recursos renováveis de forma sustentável como um objetivo.

“Princípio 4: O homem tem a responsabilidade social de preservar e administrar o patrimônio da flora e da fauna silvestre e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos.

O princípio declara a responsabilidade de preservar e proteger a flora e a fauna, a legislação brasileira pátria em matéria ambiental protege os recursos da biodiversidade e o seu material genético.

Princípio 5: Os recursos não renováveis da Terra devem empregar-se de forma que se evite o perigo de seu futuro esgotamento e se assegure que toda a humanidade compartilhe dos benefícios de sua utilização.

Os instrumentos jurídicos de natureza constitucional e infraconstitucional no Brasil refletem este princípio.

Princípio 6: Deve-se por fim a descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais que liberam calor, em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não possa neutralizá-los, para que não se causem danos graves ou irreparáveis aos ecossistemas. Deve-se apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a poluição.

O princípio da prevenção demonstrado aqui está presente na legislação infraconstitucional brasileira que cria padrões e critérios para a qualidade ambiental e de uso dos recursos naturais disponíveis.

Princípio 12: Recursos deveriam ser destinados para a preservação e melhoramento do meio ambiente tendo em conta as circunstâncias e as necessidades especiais de países em desenvolvimento e gastos que pudessem originar a inclusão de medidas de conservação do meio ambiente em seus planos de desenvolvimento, bem como a necessidade de oferecer-lhes, quando solicitado, mais assistência técnica e financeira internacional com este fim.

A natureza econômica do desenvolvimento sustentável deve garantir políticas de conservação ambiental, a legislação ambiental brasileira possui dispositivos de estímulos econômicos para a proteção ao meio ambiente.

Princípio 13: Com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar assim as condições ambientais, os Estados deveriam adotar um enfoque integrado e coordenado de planejamento de seu desenvolvimento, de modo a que fique assegurada a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente humano em benefício de sua população.

Os Estados nacionais devem promover políticas públicas baseadas no desenvolvimento sustentável, a legislação infraconstitucional brasileira em matéria ambiental estimula que empresas adotem práticas de sustentabilidade.

Princípio 18: Como parte de sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social, devem-se utilizar a ciência e a tecnologia para descobrir, evitar e combater os riscos que ameaçam o meio ambiente, para solucionar os problemas ambientais e para o bem comum da humanidade.

O desenvolvimento econômico e social deve caminhar com a proteção ao meio ambiente, os avanços tecnológicos como ferramenta para a prevenção aos danos ambientais.

Princípio 21: “Em conformidade com a Carta das Nações Unidas e com os princípios de direito internacional, os Estados têm direito soberano de explorar seus próprios recursos em aplicação de sua própria política ambiental e obrigação de assegurar-se de que as atividades que se levem a cabo, dentro de sua jurisdição, ou sob seu controle, não prejudiquem o meio ambiente de outros Estados ou de zonas situadas fora de toda jurisdição nacional”. (BRASIL, 1972).

Hoje, em pleno século XXI, o tema é de grande importância para todos, pelo qual deixou de ser somente debatido por líderes das nações, para serem transportados para a legislação ambiental. O conceito do princípio de sustentabilidade na legislação pátria brasileira que foi se aperfeiçoando, é observado pelas empresas comprometidas com a produção sustentável e a proteção do meio ambiente. As suas práticas de produção observam a legislação ambiental que é portadora de princípios ambientais.

No dizer de Milaré :

[...] nada impede que a rápida transformação do planeta (enquanto condição de vida em geral), e o desenvolvimento harmônico da espécie humana (considerada em particular) possam aperfeiçoar os princípios já existentes e sugerir outros. O Direito é uma ciência de coisas e fatos estabelecidos; não se ocupa de prognósticos e de futuro, mas deve inevitavelmente estar aberto às mudanças que, geração após geração, se introduzem na vida planetária e na realidade fluente da nossa própria espécie (MILARÉ, 2007, p. 780).

O processo de constitucionalização do direito ambiental no Brasil, que possui a sua gênese com a participação do país em acordos internacionais estabelecidos a partir da conferência da ONU em 1972 sobre o Ambiente Humano, com os alertas emitidos sobre a necessidade de os países discutirem a proteção ao meio ambiente, como uma ação necessária para um bem comum a todos. Sobre a importância da conferência, menciona Rodrigues:

A conferência de Estocolmo, realizada pela ONU em 1972, lançou a pedra fundamental dos debates internacionais sobre diversas questões ambientais, sobretudo aquelas vinculadas à poluição em suas variadas formas e ao esgotamento dos recursos não-renováveis. (RODRIGUES, 2001. p. 27)

O país internalizou em sua constituição princípios já mencionados na Conferência de Estocolmo em seu art. 225 CF, pois o bem tutelado não pertence

somente a uma geração, mas a incontáveis gerações futuras. Sobre a primeira menção ao princípio, assim nos informa Rios:

O primeiro documento internacional que faz referência a um direito intergeracional foi a Declaração de Estocolmo de 1972, que apregoava, em seu princípio inaugural, que “o homem tem a solene responsabilidade de proteger e melhorar o meio ambiente para a atual e as futuras gerações. (RIOS,2005, p. 91):

Em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento apresentou o relatório Brundtland, em seu teor a expressão desenvolvimento sustentável era usada pela primeira vez, possuindo como definição: a forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades. Essa perspectiva do uso sustentável é para proteger um outro bem tutelado pela lei, a vida e a existência com dignidade, também para os que ainda não chegaram neste planeta. Como dito por Antunes:

Os princípios do Direito Ambiental estão voltados para a finalidade básica de proteger a vida, em qualquer forma que esta se apresente, e garantir um padrão de existência digno para os seres humanos desta e das futuras gerações, bem como de conciliar os dois elementos anteriores com o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentado. (ANTUNES, 2004, p. 31)

A CF de 1988 possui princípios de proteção ao meio ambiente, tais como, o princípio da sustentabilidade e o princípio da responsabilidade em face das presentes e das futuras gerações. A responsabilidade é para todos como indivíduos e organizações que compõem a coletividade. No dizer de Sirvinskaskas:

A divisão da responsabilidade em cuidar do meio ambiente entre o Poder Público e a coletividade impõe-se especialmente neste momento tão importante da consciência ecológica internacional. A atuação do Poder Público pode exteriorizar-se por meio de seus órgãos sob os ditames da lei, mas a coletividade não existe em si mesma senão nas pessoas e organizações que a compõem. (SIRVINSKAS, 2015, p. 161)

Diante da proteção basilar da constituição, existe a necessidade imperiosa de proteção ao meio também não somente por parte do poder público, mas também da coletividade, incluindo os agentes econômicos, as pessoas jurídicas que usam dos

recursos naturais em seus processos de produção e necessitam de autorização do estado por meio de licenças para a execução das suas atividades.

3.1 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E OS RISCOS

No decorrer dos anos as sociedades evoluíram no desenvolvimento das suas ciências, trazendo um aperfeiçoamento técnico e científico, no campo das ciências sociais esse aperfeiçoamento também foi sendo construído com o avanço das ciências jurídicas de acordo com as mudanças sociais e econômicas que um país vivencia e que pode influenciar também outras regiões geográficas do planeta. Além do Estado positivar as garantias de proteção ao meio ambiente na legislação, a sociedade civil organizada, que inclui também as empresas, devem agir de forma preventiva na preservação do bem tutelado pelo Estado.

[...]é dever tanto do Estado como da sociedade civil defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado dentro de uma concepção jurídica de que não basta tão-somente defender os bens ambientais em face de lesão eventualmente ocorrida, mas principalmente preservar a vida a partir de ameaça que ocasionalmente possa surgir (FIORILLO, 2009, p. 49)

A partir deste momento de percepção do legislador sobre o tema, vasto material legislativo protetivo foi sendo construído nas últimas décadas a fim de trazer uma proteção ambiental mais moderna e com o uso sustentável dos recursos naturais, sendo o direito ambiental considerado por alguns autores, como direito fundamental de terceira geração.

Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído (BOBBIO, 1992, p. 6).

O legislador nacional ao tratar sobre o tema meio ambiente, reservou o Capítulo VI da CRFB/88 em sua íntegra para tratar do assunto em seu art. 225 caput, no qual a garantia constitucional de proteção ao meio ambiente já se apresenta de forma explícita, como também os responsáveis em proteger os recursos ambientais.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

A proteção ao meio ambiente também não fica ausente no título VII o Da Ordem Econômica do texto constitucional da CRFB/88, no inciso VI, que a defesa do meio ambiente é um princípio e, portanto, a ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências dignas. (Brasil, 1988). Não distante disso a legislação infraconstitucional regula o tema e protege o meio ambiente.

No dizer de Sarlet:

O Estado, nesse contexto, não está apenas “habilitado”, mas sim “obrigado” a normatizar condutas e atividades lesivas ao ambiente com a tipificação de crimes ambientais ou de infrações administrativas, bem como por meio da regulamentação da responsabilidade civil do poluidor pelos danos causados ao ambiente.(SARLET, 2021, p. 397)

A legislação infraconstitucional em matéria ambiental é de competência concorrente segundo o art. 24, caput da CRFB/1988 (BRASIL, 1988), podendo a União, estados, distrito federal legislar sobre o assunto e cabendo aos municípios a competência em proteger o meio ambiente, segundo o art. 23, inciso VI da CRFB/88 (BRASIL,1988) e legislar em matéria de interesse local, segundo o art. 30, inciso I da CRFB/88 (BRASIL, 1988).

A legislação ambiental é composta por leis, decretos e resoluções. Na esfera federal, o país produziu diversos diplomas jurídicos que versam sobre o assunto ou contemplam parte dele, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano, Lei nº 6.766/1979 (BRASIL,1979), estabeleceu regras de uso do solo para loteamentos no meio urbano, estabelecendo proibições em áreas de preservação ecológica e também em áreas onde as poluições representam risco a saúde.

A Lei federal sobre Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei nº 6.938/1981 (BRASIL,1981), que dispõem sobre os fins e mecanismos de formulação e aplicação, nesta, podemos ver o legislador federal criar mecanismo de proteção e fiscalização e mantendo a capacidade de assegurar ao país as condições de desenvolvimento socioeconômico.

A Lei nº 7347/1985 (BRASIL, 1985) é a Lei da Ação Cível Pública, ela responsabiliza o autor por danos causados também ao meio ambiente, é de responsabilidade do Ministério Público conduzir a ação.

O legislador federal externalizou a preocupação com os recursos hídricos nacionais através da Lei nº 9.433/1997 (BRASIL, 1997) a Lei de Recursos Hídricos, a lei instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, fundamentado a água como um bem de domínio público, natural e limitado e dotado de valor econômico.

A Lei dos Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/1998 (BRASIL, 1998), que em resumo, apresenta de forma organizada, as infrações e punições para crimes ambientais, também concede ao Ministério Público, aos órgãos ambientais e a sociedade brasileira, a capacidade por meio de mecanismos jurídicos, o poder de agir, a fim de punir aqueles que cometem crimes ambientais. A pessoa jurídica também pode ser penalizada caso cometa um ou mais crimes tipificados na referida lei.

O legislador também se ocupou em instituir o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da natureza o SNUC, por intermédio da Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000) o SNUC tem entre os seus objetivos a promoção do desenvolvimento sustentável e a conservação de variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos.

A Lei de Gestão de Florestas Públicas, Lei 11.284/2006 (BRASIL, 2006) foi criada no âmbito nacional para normatizar o sistema de gestão florestal em áreas públicas, ela institui o Serviço Florestal Brasileiro, o SFB e também cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, o FNDF.

Em 2007 o legislador estabeleceu por meio da Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007), a Política Nacional de Saneamento Básico, tratando na lei de todos os setores do saneamento, inclusive de resíduos sólidos.

A Lei nº 12.305/2010 (BRASIL, 2010) instituiu a Política Nacional de Resíduos sólidos (PNRS), ela assenta as diretrizes de gestão integrada e o gerenciamento ambiental de resíduos sólidos, define que todo o resíduo deve ser processado apropriadamente antes da etapa de destinação final.

No Código Florestal Brasileiro, a Lei nº 12.615/2012 (Brasil 2012), existe a definição que a proteção do meio ambiente natural é uma obrigação do proprietário, existindo Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) na propriedade privada, e a manutenção de espaços protegidos.

Toda essa vasta legislação federal de proteção ambiental citada para a proteção da vida e o meio ambiente, também interfere na circulação de riquezas, as empresas precisam se ajustar, realizar adaptações dos seus negócios. No dizer de Donnini:

As normas de direito ambiental, ao protegerem a vida, na busca de um meio ambiente equilibrado e sadio, interferem diretamente na economia, na sociedade e, conseqüentemente, na maneira pela qual se opera a circulação de riquezas, ou seja, por meio dos negócios jurídicos bilaterais (contratos).(DONNINI, 2011, p. 231)

Essa interferência direta na economia, exige uma mudança de postura do meio empresarial, ajustando os seus negócios as exigências da legislação ambiental a fim de evitar ou reduzir riscos ambientais.

O tema “riscos” no âmbito jurídico, é abrangente no cenário das empresas, a visualização desses riscos é em temas tradicionalmente conhecidos e que produziam um reflexo econômico e social mais visível dentro das organizações, os riscos trabalhistas, riscos de fusões, riscos em aquisições, riscos de mudanças de cenários macro econômicos, riscos concorrenciais e outros.

Os riscos ambientais possuem características diferentes, um acidente ambiental quando sobrevém, as conseqüências podem ser de danos irreversíveis, não somente de natureza ambiental, mas ocasionar reflexos em outras áreas de uma empresa, a importância da prevenção de riscos é essencial. No dizer de Canotilho :

O bom senso determina que, em vez de contabilizar os danos e tentar repará-los, se tente sobretudo antecipar e evitar a ocorrência de danos, por algumas razões bastante evidentes que vão desde a justiça ambiental à simples racionalidade econômica, passando pela justiça inter-temporal.(CANOTILHO; LEITE, 2007, p. 43)

A importância da prevenção de riscos ambientais com a utilização de um programa de compliance ambiental por iniciativa das empresas, significa sinalizar a sociedade e a outros agentes econômicos e Estatais, que a empresa é um agente que atua na mudança ou trabalha em direção a ela, pois é alinhada com o desenvolvimento sustentável, conceito consagrado no ano de 1987, Relatório Brundtland da ONU.

Atuar de forma sustentável significa dizer no cenário jurídico atual que os meios de produção e dos modos de produção dos bens ou serviços estão obedecendo a legislação ambiental, no qual os riscos relacionados às atividades foram mapeados,

são conhecidos e indo para a matriz de riscos, desta forma evitando danos ao meio ambiente, sanções e multas a pessoas jurídicas e físicas. Os benefícios de empresas engajadas com a sustentabilidade são noticiados, como no exemplo abaixo:

A companhia anunciou que seus ETFs serão apresentados ao mercado global com *scores* baseados no indicador ESG (*Environmental, Social and Governance* ou em português Meio Ambiente, Social e Governança), deixando um espaço cada vez menor às falsas promessas de sustentabilidade. (<https://www.pactoglobal.org.br/noticia/42>, 2021)

A adoção de programas de compliance ambiental nas empresas, apresentaria benefícios para o meio ambiente e às empresas. Atualmente, como já mencionado não há uma obrigação legal no ordenamento jurídico brasileiro que obrigue a implementação deste tipo de programa, existe um Projeto de Lei em discussão sobre o tema, que tem por objetivo a regulamentação dos programas de conformidade ambiental, PL5442/2019, (Brasil).

4 COMPLIANCE E O COMPLIANCE AMBIENTAL

O conceito de compliance é da área financeira, a qual as instituições bancárias o executam, trazendo segurança para as suas atividades, segundo o conceito da ABBI, compliance:

Compliance não é um ativo fixo pelo qual é possível atestar rapidamente se o bem ainda existe, se está em boas condições de uso ou se está sendo utilizado de acordo com suas características. Compliance está relacionado ao investimento em pessoas, processos e conscientização. Por isso é importante as pessoas estarem conscientes da importância de “ser e estar em compliance” (ABBI,2009, p.19).

Sendo investimento em pessoas, processos e conscientização, o compliance se torna efetivo com o cumprimento do programa. A efetividade do programa é a consequência dos colaboradores possuírem a conscientização da necessidade de execução das atividades em compliance, no conceito da ABBI:

“Ser compliance” é conhecer as normas da organização, seguir os procedimentos recomendados, agir em conformidade e sentir quanto é fundamental a ética e a idoneidade em todas as nossas atitudes. Estar em compliance “Estar em compliance” é estar em conformidade com leis e regulamentos internos e externos. “Ser e estar compliance” é, acima de tudo, uma obrigação individual de cada colaborador dentro da instituição.(ABBI, 2009, p.15)

No ordenamento jurídico nacional, o Decreto 8420/2015, que trata da regulamentação da Lei 12.846/13 que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira em seu art. 42, o tema sobre programa de integridade é tratado, o legislador se ocupa em estabelecer parâmetros para a alta direção da pessoa jurídica, padrões de conduta e ética para os administradores e demais empregados, análises periódicas de riscos e demais assuntos que para serem observados dentro de uma empresa, ela precisa criar um programa de compliance.(BRASIL, 2015).

O aludido decreto regulamentador estabeleceu os pilares de um programa de integridade, anteriormente a única novidade legislativa sobre o tema anticorrupção no país era a Lei a qual o decreto regulamentou. A partir do decreto os mecanismos e procedimentos de um programa de integridade no âmbito privado e público foram estabelecidos. Na esfera estadual e municipal, os entes buscam aprimorar o assunto

e também prosseguir com a regulamentação em suas esferas e ampliar a sua aplicação e assim ter efetividade.

No cenário do meio ambiente, programas de conformidade no âmbito das pessoas jurídicas que explorem atividade econômica potencialmente lesiva ao meio ambiente, visa, em última ratio, a eficácia da proteção ambiental, desta forma, um programa de conformidade é uma estrutura de proteção ao meio ambiente.

O programa de integridade e o programa de conformidade ambiental possuem distinções, o programa de integridade é instituído no âmbito da pessoa jurídica, o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria, incentivo a denúncia de fatos irregulares e na aplicação de códigos de ética e de conduta. Existe também políticas e diretrizes que possuem o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos e está sujeita a controle externo. Um programa de conformidade ambiental busca estar em conformidade com as normas legais, evitando a transgressão das normas por meio de avaliação de risco e ações de controle interno.

Mas o que é compliance? De acordo com a ABI, Associação Brasileira de Bancos Internacionais:

Vem do verbo em inglês “to comply”, que significa “cumprir, executar, satisfazer, realizar o que lhe foi imposto”, ou seja, compliance é o dever de cumprir, estar em conformidade e fazer cumprir regulamentos internos e externos impostos às atividades da instituição. (ABBI, 2009,p.8)

Segundo o site lec.com.br em um Programa de compliance que possa ser implementado é importante observar 10 pilares, mas aqui serão mencionados somente 09 por ser tratar de compliance ambiental, o Suporte da alta administração, Avaliação de risco, Código de conduta e políticas de compliance, Controles internos, Treinamento e comunicação, Canais de Denúncia, Investigações internas, Due diligence e Auditoria e monitoramento.

4.1 SUPORTE DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

O que diz a ABBI sobre engajamento para o programa:

O compliance deve começar pelo “topo” da organização. A efetividade do compliance está diretamente relacionada à importância que é conferida aos padrões de honestidade e integridade e às atitudes dos executivos sêniores, que devem “liderar pelo exemplo”.(ABBI, 2009, p.8)

Com o objetivo de alcançar o resultado para um programa de compliance na área ambiental, é imprescindível a aderência da cadeia de comando da empresa, os diretores, conselho de administração e CEO, resultando na prática da boa governança corporativa na cadeia de comando, a instituição ao gerir as suas atividades, reflete na empresa o zelo pelo programa de compliance ambiental, desta forma, os demais colaboradores serão mais participativos ao programa criado. O comprometimento demonstra a participação no processo de planejamento e execução das ações do programa de compliance. Um compliance officer é necessário na ação de execução do programa.

4.2 AVALIAÇÃO DE RISCOS

Compliance Risk Assessment-CRA ou Avaliação de Riscos de Conformidade, nesse pilar, é o qual os potenciais riscos e possíveis impactos que podem afetar as empresas são conhecidos e mapeados. Essa avaliação de riscos não é igual para todas as empresas, pois existem particularidades operacionais e organizacionais que as diferenciam. Sendo a parte ambiental com características singulares para cada uma e a legislação ambiental brasileira é abrangente, a empresa necessita realizar uma rigorosa gestão ambiental dos riscos envolvidos.

Nesse contexto, a gestão ambiental não é apenas uma atividade filantrópica ou tema para ecologistas e ambientalistas, mas também uma atividade que pode propiciar ganhos financeiros para as empresas. Se existe uma maneira de garantir o sucesso de uma gestão sócio ambiental ela está diretamente ligada à conscientização de todos, industriais, chefes de governo, órgãos ambientais, entidades e sociedade. (TACHIZAWA, 2006, p.26)

Diante do cenário do compliance ambiental no qual este trabalho se insere, esse pilar é de extrema sensibilidade, pois os riscos identificados, serão os de natureza ambiental, podendo um mapeamento realizado equivocadamente gerar a possibilidade de uma baixa avaliação do risco, a qual na verdade existe risco elevado, comprometendo a integridade do programa de compliance, nesse contexto a qual o risco da empresa já mapeado sofrer uma falha no processo, pode ocasionar graves danos não somente a empresa, mas também ao meio ambiente e a comunidade em seu entorno. Este assunto será abordado de forma mais detalhada mais a frente neste trabalho.

4.3 CÓDIGO DE CONDUTA E POLÍTICAS DE COMPLIANCE

O código de conduta é o alicerce responsável por direcionar a conduta das empresas e também das equipes que atuam nestas organizações, do comportamento ético esperado na execução do programa de compliance. Diante do cenário do compliance ambiental, este pilar pode ser um fortalecedor da cultura de sustentabilidade ambiental e proteção ao meio ambiente até mesmo fora da instituição a qual ele foi construído, servindo como benchmarking para boas práticas de sustentabilidade.

4.4 CONTROLES INTERNOS

Os controles internos das empresas, fazem parte da boa governança corporativa, são mecanismos que auxiliam na redução dos riscos que fazem parte dos processos internos. Os controles internos, também servem para o levantamento de dados para a avaliação do programa de compliance e para dar mais transparência na atividade desempenhada pelas empresas que utilizam um programa de compliance. A partir do cenário do compliance ambiental, a boa execução deste pilar, garante a prevenção de ocorrência de danos ambientais, prejuízos ao patrimônio das empresas e um possível reflexo a população que vive próxima.

Segundo o conceito da ABBI:

O Sistema de Controles Internos, usualmente difundido como Controles Internos, define-se pela totalidade das políticas e procedimentos instituídos pela Administração de uma Instituição Financeira, para assegurar que os Riscos inerentes às suas atividades sejam reconhecidos e administrados adequadamente .– associação brasileira dos bancos internacionais. Disponível em: <<http://www.abbi.com.br/funcaoodecompliance.html>, 2021>. Acessado em: 21 de mai. 2021.

O sistema de controles assegura que os riscos reconhecidos são administrados corretamente.

4.5 TREINAMENTO E COMUNICAÇÃO

Para alcançar os resultados almejados na implementação de um programa de compliance, é essencial o engajamento de toda a equipe que compõem a organização no treinamento, inclusive a alta administração, o rigor nessa etapa, produz aperfeiçoamento, identificando o papel e a relevância de cada um dos membros da organização para a produção dos resultados que são desejados.

A comunicação melhora a transparência e também a busca pelo objetivo, pois, caso ocorram desvios no programa estabelecido, a comunicação facilitará a apuração e a solução.

Portanto esse pilar fortalece o processo de compliance de dentro da organização. Analisando a partir do cenário do compliance ambiental, a qual o conceito de sustentabilidade é iniciado por boas práticas ambientais, sociais, éticas e econômicas, demonstrando assim, a existência de uma boa governança realizada pelas empresas.

4.6 CANAIS DE DENÚNCIA

Esse pilar permite que as equipes que compõem as empresas, participem do processo de fortalecimento da integridade do programa de compliance, uma vez que estão conscientes dos efeitos positivos do programa e da atuação de cada um como indivíduo nas organizações, existe o aumento do comprometimento de cada um e se alguma violação do código de conduta e ética for observado, ele pode realizar a denúncia.

A partir do cenário do compliance ambiental, este pilar, disponibiliza que as equipes já revestidas dos valores que compõem as empresas, considerando os aspectos relacionados a sustentabilidade ambiental, possam se manifestar caso identifiquem algum desvio.

4.7 INVESTIGAÇÕES INTERNAS

Existindo uma denúncia, é obrigação das empresas seguirem com a investigação interna. O indício de um ato ilícito ou um ato antiético que foi informado, pode significar que um determinado evento que contraria o código ética, também pode ter desdobramento nos controles já estabelecidos.

Com a apuração é possível verificar se existe a necessidade de correção de um desvio ou punições dentro da legalidade. Dentro do contexto do compliance ambiental, este pilar permite sanar desvios que venham atrapalhar a correta execução do programa de compliance ambiental.

4.8 DUE DILIGENCE

Este pilar, escrito na língua inglesa, ao ser traduzido tem o significado de “diligência prévia”, essa prática é utilizada no meio empresarial em momentos de celebração contratual, no qual o levantamento de informações é realizado antes do fechamento de um acordo que pode ser de aquisição de serviços, expansão dos negócios, criação de uma joint ventures, cisão, fusão, aquisição de empresas, planejamento sucessório e societário em empresas familiares, transferência de ativos, preparação de oferta pública de inicial de ações IPO, estruturação financeira de projetos e demais operações de características empresariais, este pilar possui como objetivo evitar passivos legais que em algum momento podem ser transformados em custos financeiros para a empresa.

Diante da perspectiva do cenário de compliance ambiental, e utilizando a expressão Environmental due diligence ou de forma literal, diligencia prévia ambiental, a existência desse pilar, proporciona a segurança para as empresas, pois reduz o risco de passivos ambientais que podem ser de origem judicial ou origem

administrativa, podendo sinalizar exigências legais de zoneamento, e possíveis impedimentos para a expansão da capacidade produtiva de uma planta industrial. Sobre licenças, Antunes menciona:

[...] a utilização dos recursos ambientais não é inteiramente livre, pois demanda uma autorização especial do estado que é feita por meio do procedimento administrativo de licenciamento ambiental, o qual se dá sempre que uma atividade ou empreendimento seja considerado efetiva ou potencialmente poluidor, ou seja capaz de causar degradação ambiental. O licenciamento ambiental, de mero processo administrativo rotineiro, acabou se transformando no centro de quase toda a polêmica em torno do meio ambiente que, por um motivo, ou por outro, acaba se reduzindo a uma discussão sobre o licenciamento ambiental e suas formalidades. (ANTUNES 2012. p. 197).

Avaliar o nível de adequação da empresa ou propriedade auditada às normas ambientais vigentes, orientar quais as medidas são as mais adequadas para a mitigação ou supressão de riscos que foram identificados, licenças ambientais e Alvarás.

Parte da legislação nacional de proteção ao meio ambiente, possui instrumentos de estímulo ao desenvolvimento sustentável, é o caso da Lei nº 12.187/2009, Lei de Política Nacional sobre Mudança do Clima a PNMC. (BRASIL,2009).

São utilizados instrumentos financeiros e econômicos, como também estabelecimento de critérios de preferências nas licitações e concorrências públicas em parcerias públicas-privadas as (PPPs). De acordo com os artigos 5º e 6º da Lei nº 12.187/2009, a seguir a Lei supracitada:

Art. 5º São diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

VII - a utilização de instrumentos financeiros e econômicos para promover ações de mitigação e adaptação à mudança do clima, observado o disposto no art. 6º;

As diretrizes e os instrumentos da Política Nacional sobre a Mudança do Clima fortalecem o avanço do entendimento de mais rigor na pratica dos controles internos das empresas.

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima:

VI - as medidas fiscais e tributárias destinadas a estimular a redução das emissões e remoção de gases de efeito estufa, incluindo alíquotas diferenciadas, isenções, compensações e incentivos, a serem estabelecidos em lei específica; (BRASIL, 2009).

Este tipo de previsão na legislação reforça a necessidade dos benefícios em se adotar um programa de compliance ambiental, pois as empresas precisam se adaptar a necessidade de proteção ao meio ambiente reforçando os seus controles internos.

4.9 AUDITORIA E MONITORAMENTO

Este pilar é de suma importância, pois a função dele é avaliar, ou seja, medir se o programa de compliance adotado está sendo eficiente, se as equipes estão cumprindo as regras internas de controles estabelecidos, o monitoramento do programa realiza essa etapa e a auditoria é responsável por auditar as ações da empresa. O monitoramento funciona como uma ferramenta de qualidade.

Na aplicação do compliance ambiental, é possível avaliar além dos aspectos relacionados a avaliação da eficiência do programa, o grau de complexidade que envolve os temas ambientais para determinados projetos, necessitando de dados mais apurados, como controle ou redução de emissão de poluentes no ar, controle e tratamento de resíduos sólidos.

Na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei 12.305/2010, destaco o artigo 3º que em seu inciso XIII, no qual o legislador evocou para uma lei infraconstitucional uma garantia constitucional de proteção ao meio ambiente, para que empresas tenham padrões sustentáveis de produção e consumo, a fim de atender a necessidade de gerações futuras, conforme declara o artigo art.225, caput da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

Portanto, o pilar auditoria e monitoramento em um programa de compliance ambiental, aumenta a possibilidade de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, este aumento é possível por ser uma ferramenta que mede a capacidade

de eficiência do programa, sinalizando possíveis falhas no processo, assim corrige as falhas e aumenta a proteção.

4.10 A IMPORTÂNCIA NA PREVENÇÃO DE RISCOS

Como mencionado anteriormente, sobre um dos pilares do compliance, a avaliação de riscos é a parte mais importante para implementar um programa de compliance ambiental em uma empresa, corporações ou instituições, é a partir da avaliação de riscos que o programa é construído e ele não é igual para todos, mas é possível afirmar que todos eles possuem a preocupação em atender a legislação vigente e usando os seus controles internos, a final, o que está se prevenindo é um dano ambiental, em um direito transgeracional, conforme o texto constitucional Art. 225 caput CRFB/88 [...] impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

No dizer de Milaré:

Compatibilizar meio ambiente com desenvolvimento significa considerar os problemas ambientais dentro de um processo contínuo e planejamento, atendendo-se adequadamente às exigências de ambos e observando as suas inter-relações particulares a cada contexto sociocultural, político, econômico e ecológico. (MILARÉ, 2017. p. 65).

Desta forma, o desenvolvimento é tratado com o planejamento, a fim de evitar como já mencionado, os danos ao meio ambiente e os possíveis prejuízos patrimoniais oriundos de multas, reparações ambientais, reparações a população vizinha ao empreendimento em atividade, a qual uma empresa possua. A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, art. 9º incisos, III, IV e V da Lei 6.938/1981, a seguir, a lei supracitada:

Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

III - a avaliação de impactos ambientais;
IV - o licenciamento e a revisão de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;
V - os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologia, voltados para a melhoria da qualidade ambiental;(BRASIL, 1981)

O objetivo de se evitar um evento ou um acidente ambiental, vai ao encontro do Princípio da Prevenção, no qual os riscos são conhecidos e previsíveis, pois os riscos levantados na etapa do pilar de avaliação de riscos. CRFB/88 no art.225 caput, inciso IV do § 1º, o controle de produção, comercialização e empregos de técnicas, métodos e substâncias, fica evidente como é necessária uma avaliação de riscos, a fim de atender a legislação vigente. (BRASIL, 1988).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao poder público:
IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;
V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; (BRASIL, 1988).

Existe a previsão constitucional de exigir na forma da lei estudo prévio de impacto ambiental para determinado nível de classificação de risco para algumas atividades, conforme o texto supracitado acima.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento legislativo de proteção ao meio ambiente, acompanha os anseios da sociedade em proteger um recurso natural em sua maioria não renovável. Ações da coletividade para proteção e uso sustentável, conforme o texto constitucional declara, possui por objetivo proteger recursos naturais para os atuais habitantes do planeta nessa geração e futura.

Apesar de não haver uma previsão legal para um programa de compliance ambiental no ordenamento jurídico, a legislação ambiental brasileira absorveu dos princípios internacionais de direito ambiental e os internalizou na CRFB/88 e distribuiu nas leis infraconstitucionais. A legislação nacional promove o desenvolvimento sustentável e a empresa que adota um programa de compliance ambiental em sua governança corporativa fortalece os meios para alcançar um desenvolvimento sustentável. É observado que para o melhor cumprimento da legislação ambiental brasileira, um programa de compliance na área ambiental dentro das empresas além de reduzir os riscos por meio de controles, atua fortemente para o desenvolvimento sustentável.

Um programa de compliance ambiental dentro da esfera da governança corporativa de uma empresa alcança resultados com um maior controle em suas atividades. Estes resultados são percebidos com a observância da legislação, do controle dos prazos, das licenças de operação, controle e redução de gases com capacidade poluente e fortalecimento do processo decisório da governança com base em mais informações técnicas.

Um programa de compliance ambiental, pode significar também um estímulo para que empresas venham a aderir a um indicador de ESG (*Environmental, Social and Governance* ou em português Meio Ambiente, Social e Governança), colocando a empresa em posição mais relevante na política de comprometimento diante das questões ambientais, sociais e de governança. O meio ambiente é um direito transgeracional, gerações futuras terão os seus direitos resguardados e a adoção de uma postura de sustentabilidade em seus processos e que evitem o descumprimento de leis e normas ambientais, reduzindo a possibilidade de multas, processos judiciais e danos ambientais irreparáveis, também fortalece a imagem das empresas, pois a conscientização sobre desenvolvimento sustentável vem crescendo a cada dia e a utilização de um programa de compliance ambiental é uma ferramenta de gestão que

produzirá efeitos positivos para as empresas, o meio ambiente e para toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

_____. **Direito ambiental**. 14 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012

_____. **Direito ambiental**. 16. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

ABBI- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS INTERNACIONAIS. Disponível em: http://www.abbi.com.br/download/funcaoodecompliance_09.pdf. Acesso em 24 mai. 2021

_____. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS INTERNACIONAIS. Função de compliance. Disponível em: <http://www.abbi.com.br/funcaoodecompliance.html>. Acesso em 21 de mai. 2021

BRASIL. Câmara Legislativa. **Projeto de Lei PL 5442/2019**. Regulamenta os programas de conformidade ambiental e dá outras disposições. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2224581>. Acesso em 15 mai. 2021

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL [Constituição (1988)], **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado 16 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6766.htm Acesso em: 16 de mai. 2021.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Saneamento básico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm Acesso em: 16 de mai. de 2021.

_____. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Código Florestal Brasileiro Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm Acesso em: 16 de mai. de 2021

_____. **Decreto nº 3.941, de 27 de setembro de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3941.htm Acesso em 16 de mai. 2021.

_____. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985**. Ação civil pública. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm> Acesso em: 16 de mai.2021.

_____. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em 16 mai. 2021.

_____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm> Acesso em: 16 mai. de 2021.

_____. **Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.** Gestão de florestas públicas para produção sustentável. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm>. Acesso em 16 mai. 2021.

_____. **Lei Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.** Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9433.htm>. Acesso em :16 mai.2021.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Política Nacional de Resíduos Sólidos..Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm> 16 mai.2021.

_____. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Política Nacional do Meio Ambiente.. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 16 mai. 2021.

_____. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Lei de licitações..Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 16 mai. 2021.

_____. **Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** Disponível em :<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm> 16 mai. 2021

_____. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Política nacional sobre mudança do clima. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm> 16mai. de 2021.

_____. **Decreto nº 8.420, de 18 maio de 2015.** Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8420.htm>.

Acesso em 24 mai. 2021.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito constitucional ambiental brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2007

COMPLIANCE. **Pilares do Compliance, Origem da Informação** Disponível em: <<https://lec.com.br/blog/os-10-pilares-de-um-programa-de-compliance/>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

DONNINI, Rogério. **Meio ambiente e responsabilidade civil pós-contratual**. Revista da Academia Paulista de direito. Ano 1, jan/jun 2011. Editora Fiuza.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Princípios do direito processual ambiental**: a defesa judicial do patrimônio genético, do meio ambiente cultural, do meio ambiente artificial, do meio ambiente do trabalho e do meio ambiente natural no Brasil. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, jurisprudência. 6 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 65

_____. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário / Édis Milaré. Prefácio à 5. ed. Ada Pellegrini Grinover. 5 ed. Ref. Atual. E ampl. - São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

PACTOGLOBAL. Disponível em <<https://www.pactoglobal.org.br/noticia/42>>. Acesso em: 20 de mai. 2021

PRINCÍPIOS DA DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Meio-Ambiente/declaracao-de-estocolmo-sobre-o-ambiente-humano.html>>. Acesso 15 mai. 2021.

RIOS, Aurélio Virgílio da Veiga. **Princípios gerais do direito internacional ambiental**. In: RIOS, Aurélio Virgílio da Veiga. (Org.). O direito e o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Petrópolis, 2005.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. **De Estocolmo 72 a Montego Bay 82**: o ingresso do meio ambiente na agenda global, in Direito Ambiental Internacional DERANI, Cristiane. FONTOURA, José Augusto Costa. São Paulo: Leopoldianum, 2001.

RELATÓRIO BRUNDTLAND DA ONU. Disponível no site do Senado Federal. <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/ecodesenvolvimento-conceito-desenvolvimento-sustentavel-relatorio-brundtland-onu-crescimento-economico-pobreza-consumo-energia-recursos-ambientais-poluicao.aspx>> acessado em 12 mai. 2021.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Constitucional Ecológico: Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção da Natureza**. 7. ed ver., atual. e ampl – São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Manual de direito ambiental. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.